

O ar do tempo: a moda “à francesa”

Ilda Soares de Abreu (Universidade Nova de Lisboa)

Resum /Resumen/ Abstract

Els aires francesos amb les seves noves idees i costums bufaven amb força per sobre de Portugal amenaçant les estructures de l'Antic Règim i per tant havien de ser extirpades. Des de l'Església, l'Estat i els discursos morals les modes franceses van ser vistes com a element de transgressió i van estar en el punt de mira. En conseqüència, de que les dones portugueses rebutgessin aquestes noves modes francesa depenia l'equilibri social i la família.

Los aires franceses con sus nuevas ideas y costumbres soplaban con fuerza por encima de Portugal amenazando las estructuras del Antiguo Régimen y por tanto debían ser extirpadas. Desde la Iglesia, el Estado y los discursos morales las modas francesas fueron vistas como elemento de trasgresión y estuvieron en el punto de mira. En consecuencia de que las mujeres portuguesas rechazaran estas nuevas modas francesa dependía el equilibrio social y la familia.

The time air was French and blew over Portugal new ideas, tastes and customs that threatened the structures of the Ancient Regime and therefore should be excised. One of the targets of attentions was the fashion in the French view, seen as transgressing the established order, and if female generating behaviors, that the state, the church and moralists believed to compromise the social and family balance grounded on the submission of women.

Paraules clau /Palabras clave /Key Words

Dones, Moda, França, Política, Submissió, Llibertat
Mujeres, Moda, Francia, Política, Sumisión, Libertad
Women, Fashion, France, Politics, Submission, Freedom



141

A moda 'à francesa' 'Sécia', 'peralta', 'casquilho' e 'casquilhas'
Cópia de gravuras de Alberto de Sousa para a obra
O amor em Portugal no século XVIII
(Júlio Dantas, 1917)

No século XVIII e até tarde, no século XIX, o 'ar do tempo' era francês e soprava sobre a Europa. A língua francesa era a língua internacional e, através dela, chegavam a todos os países, as novas ideias, acontecimentos, gostos e costumes que potenciavam tendências à mudança nas estruturas do Antigo Regime.

Com o Iluminismo, doutrinas e livros dos enciclopedistas franceses, circulavam na camada culta da sociedade portuguesa, apesar dos entraves da censura exercida pelo Tribunal do Santo Ofício, pela Real Mesa Censória e pela Intendência Geral da Polícia do Reino. A moda 'à francesa' no vestuário e nos comportamentos não escapou à vigilância dessas instituições.

É da moda 'à francesa' não como descrição exaustiva dos modelos franceses no trajar nacional, mas sim como o fenómeno que teve interação nas supraestruturas do tempo, que nos propomos tratar. De salientar que, apesar das críticas e perseguições pontuais a todos os portadores da moda 'à francesa', foram as mulheres o público alvo preferencial

dos moralistas, e não foi por acaso que os autores dos libelos contra elas eram homens empenhados em manter a situação de subalternidade em que as mulheres se encontravam.

A moda das modas

*O Traje entre nós foi sempre usado
Pelos trajes de todas as nações
(Costa, 1819, p. 22)*

As modas estrangeiras sempre tiveram larga influência nas modas portuguesas. As rainhas e a corte de aias que as acompanhava, os diplomatas e os comerciantes que frequentavam as principais cidades da Europa, introduziam novas formas de vestir e costumes, em geral só acessíveis às aristocracias e alta burguesia comercial. Copiadas pelos estratos sociais citadinos, essas novidades não se difundiam entre os camponeses que, devido ao isolamento geográfico e natural conservadorismo, mantiveram os usos e costumes tradicionais até tarde.

A influência francesa na política, nas modas, na linguagem, e nos costumes teve maior incidência nos meados do século XVII, depois que, em 1666, Maria Francisca Isabel de Sabóia-Nemours, familiar do rei Luís XIV, se tornou rainha de Portugal pelo casamento. Condições favoráveis no sistema económico do país facilitaram o gosto desenfreado da moda e do luxo e as Leis Pragmáticas apelando à contenção, não surtiram resultados.

Apesar da aproximação à coroa austríaca pelo 2.º casamento de D. Pedro II, em 1687, dos casamentos dos reis seguintes com princesas da Casa de Áustria e dos incidentes políticos com a França, no século XVIII, o figurino continuava a ser francês e a circulação de bonecas da moda (percursoras dos manequins), concorriam para a unificação da moda divulgada a partir da rua de Saint- Honoré, em Paris.

142

Esses modelos importados foram constituindo tipos de elegância «frança» ou «francelha», que ficaram conhecidos por alcunhas: a 'bandarra' (mandriona) característica da transição da moda espanhola dos fatos à vasquinha (ou *basquiña*), largos e flutuantes e do *verdugadin* (ou verdugado), para a moda francesa dos *paniers* (bambolins), armados em barbas de baleia e forrados a tafetá, dos decotes avantajados, sinais no rosto e penteados altos e riçados que, por volta de 1780, evoluiu para a 'sécia' (janota) que era reparada por arregaçar a saia e deixar ver a perna e os pés em sapatos de saltos altos encarnados, cabelos postiços e por fumar. O estilo mais durável foi o da 'casquilha' (excêntrica) cópia mais ou menos fiel da *merveilleuse* de vestidos transparentes em cambraia ou musselina, profusamente bordados, que apareceu em França durante o Directório e que reinou entre nós a partir de 1800, ao tempo da rainha D. Maria I e ainda pontuava em 1814.

As modas 'extravagantes' também tiveram êxito no sexo masculino: Ao 'francelho' e 'peralta' de 1780, de faces pintadas de cor de rosa e sinais de tafetá preto, sucedeu o 'casquilho' desde 1803 ridicularizado pelo penteado à 'orelhas de cão de água', calção, meias vermelhas, luvas e brincos. O exército de Napoleão, em 1807, ainda pode reconhecer nos cafés e nas ruas essas imitações dos *incroyables*, e *inconcevables* parisienses.

A moda e os moralistas

*A velhice procura mundo velho,
Sagaz Espreitor indaga novo,
Ambos absortos ficam; porque encontram
Outro trato, outros usos outro Povo*
(Costa, 1802, p. 33).

Desde sempre, as modas suscitaram as críticas dos moralistas mas foi entre meados do século XVIII e até cerca de 1832, que se desenvolveu, em Portugal, um género de sátira às normas estéticas das modas 'à francesa', em geral sob a forma de poesia, ou de versos rimados, de comédias e de pequenas farsas denominadas de 'entremezes', que eram representadas nas feiras e nos teatros populares do Bairro Alto e Salitre.

Além das sátiras dos poetas Nicolau Tolentino (1741- 1811) e Filinto Elísio (1734-1819) dirigidas a um público culto e das comédias de Manuel de Figueiredo (1725-1801), tanto os versos como os textos dos entremezes concebidos para as camadas populares circulavam em folhetos soltos expostos à venda pendurados num cordel, circunstância que deu a este género satírico a denominação de 'literatura de cordel' e 'teatro de cordel'. Mal impressas e em mau papel, essas produções vendiam-se nas esquinas das ruas pelos cegos conhecidos por 'cegos das folhinhas'. Os folhetos de José Daniel Rodrigues da Costa¹, um dos autores mais profícuos no género, eram vendidos, também, em livrarias, lojas e capelistas.

Esta forma de divulgação tinha a sua pertinência numa época de forte taxa de analfabetismo e os consumidores, pouco letrados ou iletrados, liam-nos ou ouviam-nos ler, em voz alta, nas tabernas, nas ruas e ao serão em família. Tanto os folhetos como os entremezes, deviam a sua popularidade ao tom jocoso, que fazia rir, e da concordância de algumas facções populares acerca do ridículo e dos exageros dos novos costumes copiados dos franceses e da apologia que faziam “daquela gravidade / das sérias Portuguesas d'outra idade” (Costa, 1819, p.40).

A análise dos temas e conteúdo dos folhetos e das peças de teatro evidencia o eco da resistência a eventuais mudanças que pudessem pôr em causa a diferenciação dos grupos e classes coexistentes na sociedade do tempo. Subjacente, estava o princípio pedagógico do poder instituído: cada um deve permanecer no seu estado e cada estado vestir-se em conformidade com a sua situação social. Um papel volante de autor anónimo, constatava “(...) e vem a ser a triste e vã mania / De querer qualquer pingão² ter fidalguia” (*A mulher da moda*, II, 1803, p. 5).

Os arautos destes receios, muitos deles escrevendo sob anonimato, eram, em geral, verzejadores de pouco talento que viviam sob a protecção de personalidades ligadas à política e à Igreja. De salientar que, embora a maioria desta literatura corresse clandestina, a representação dos entremezes e farsas e a publicação dos folhetos de

¹ José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832), usou o epíteto árcade de Josino Leiriense, era protegido do desembargador António Joaquim de Pina Manique, irmão do intendente Pina Manique. As críticas sociais dos seus folhetos volantes sublinhavam as ideias políticas do seu protector. A venda dos panfletos era a sua forma de subsistência e, por isso, foi-se adaptando às mudanças políticas, liberais ou absolutistas.

² 'pingão': plebeísmo de 'pelintra', 'desmazelado'.

cordel dependiam da aprovação da Real Mesa Censória e do Tribunal do Santo Ofício que verificavam a sua “utilidade social e decência”, isto é, se nada continham contra os Costumes, a Religião e o Estado.

Os folhetos e farsas que se dirigiam, expressamente, às mulheres, denunciavam os comportamentos femininos como comprometedores do equilíbrio familiar alicerçado *status quo* social e no domínio do marido sobre a esposa e as filhas.

A moda 'à francesa' nas convivialidades dos espaços privado e público

As novas formas de sociabilidade que, no espaço privado dos salões das elites sociais, políticas e económicas, reflectiam a cultura francesa, fizeram sentir necessidade de dar esse 'ar do tempo' aos interiores de suas casas, atravancando-as de pinturas nas paredes e de peças de mobiliário tais como *coiffeuses*, *toilettes*, *étagères* e, também, *chaise-longues* (Brito, 1940, p. 44), onde senhoras se estendiam languidamente “recitando francesias enjoativas” (Dantas, 1909, p. 253), já contagiadas pelo *mal de vivre* que, desde 1802, angustiava as parisienses.

Para brilhar em reuniões selectas ou festas quando, nos intervalos das contra-danças francesas, se tornava importante mostrar erudição, era “de absoluta necessidade ler o *Lycée* de La Harpe” porque “a sua opinião em Belas Artes pode ser seguida quase à risca (...) para uma mulher que necessite ter uma escolha tão segura como a dele”, como recomendava a condessa da Ega³, em 1805, a sua irmã Luísa de Oeynhausen (cit. por Pereira, 1953: 212).

Se nestas elites todas as modas eram admitidas e incontestadas, a estandartização da moda 'à francesa', no vestuário, nos costumes e na linguagem a outros estratos sociais entrava em ruptura com o meio envolvente: o homem era ridicularizado:

*Falar francês, dançar, repetir motes,
Tomar rapé, ser muito caloteiro,
É a regra dos fingidos fidalgotes (Desengano do Mundo, 1791)*

e a mulher:

*(...) afecta de Francesa,
Que lera, e traduzira,
Que tem livros de escolha, mas dispersos:
E por ópio⁴ inculca que faz versos (Costa, 1802, p. 23).*

Elas já não estavam confinadas à casa e procuravam reuniões ou o espaço público para dançar o minuete, a contra-dança, o cotilhão, o 'j'not' (corruptela intencional do nome Junot) uma dança sensual do tempo das invasões (cf. Costa, 1962: 116), e namorar “por nova ideia”, “com amor”, isto é, 'à francesa'. Entrava em desuso o “amor de acenos”, com lencinhos que deram lugar aos 'leques namoradeiros', cujos

³ D. Juliana de Oeynhausen e Almeida, 2.^a condessa da Ega pelo casamento. Era filha da poetisa D. Leonor de Almeida Portugal, condessa de Oeynhausen e marquesa de Alorna, título herdado de seu irmão, D. Pedro de Almeida Portugal, que faleceu sem deixar descendência. A carta foi enviada de Aranjuez, quando o conde da Ega era embaixador na corte espanhola.

⁴ 'ópio': passatempo.

sinais constituíam um vocabulário próprio, usados por todos os apaixonados, desde os que frequentavam o Teatro de S. Carlos até aos que namoravam janela-abaixo: “e delícia para ambos era conversavam em silêncio, entenderem-se sem palavras” (Dantas, 1917, p. 42 e p. 336). Segundo os moralistas, era o tempo em que:

*Uma mulher recatada
Deve dos homens fugir;
Que se os chega a ouvir,
É perdida, e desgraçada.* (Costa, 1802, p. 16).

Este “namorar por nova ideia”, ainda que não fosse motivo de perdição, parecia fazer perigar o costume dos pais escolherem os maridos para as filhas: num entremez, o autor põe na boca de um pai exemplar “Não há dúvida, eu mando e é quanto basta, minha filha há-de casar com quem eu quiser!” (*A cozinheira amorosa*, 1792).

As mulheres casadas apareciam como desmazeladas e péssimas donas de casa, única ocupação decente que lhes era reconhecida:

*Ah! Quantas casa vejo por Lisboa
Sem ordem, nem amanhã!
Não se dá ponto, nem se pega em meias
É um milagre haver jantar, e ceia.* (Costa, 1802, p. 30).

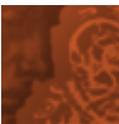
Mas as aspirações e as condutas femininas estavam a mudar. A insubmissão das mulheres era notória:

*(...) Ela tira, ela põe, grita, defende
Ela nega, ele prova, e nada entende.* (Costa, 1802, p. 22).

Nalguns casos a situação tornou-se séria e, nos Livros da Intendência Geral da Polícia, de 1804, encontram-se pedidos de homens para que as esposas ou filhas fossem internadas em Recolhimentos em represália de desobediência.

A liberalização do espaço público, e conseqüente convivialidade social, teve o seu momento nos banhos no rio Tejo, versão portuguesa dos “banhos chineses” que, desde 1871, povoavam o rio Sena, junto à ponte de Tournelle. Seguindo o modelo francês, banheiras furadas dentro de um barco amarrado no rio e suspensas a certa profundidade deixavam circular as águas pelo balneário privado onde ficava o/a banhista. Estas banheiras eram denominadas de “barcas dos banhos” e havia-as em Pedrouços, no Cais das Colunas, no Terreiro do Paço (hoje Praça do Comércio) e Santa Apolónia.

Os banhos eram frequentados por homens e mulheres ao mesmo tempo, embora ficando em lados opostos da barca: “Senhoras de todas as idades, e condições, umas desgrenhadas outras bem vestidas, chegam a pé ou de sege, sós ou acompanhadas” (*A mulher da moda*, 1803). Em 1800, Ruders referia que, para os banhos, “os homens usam apenas ceroulas; as mulheres, essas, trazem um vestido de banho, dum tecido muito suave, mas não transparente, atado ao pescoço e caído até aos calcanhares” (Ruders, 1981, p. 121).



Ficámos a saber que os marqueses de Fronteira alugaram uma casa em Pedrouços porque “Todos os médicos aconselhavam sempre os banhos do mar como um remédio eficaz para a nossa família” (Barreto, 2003, p. 150), deixando-nos, no entanto, na ignorância dos males de que sofriam, pois os banhos eram recomendados para variadas situações 'clínicas': “dilatar a vida durante trinta anos, fazer alargar a pele, adelgaçar a birra, derreter a cólera, engordar os tísicos, abrir os meados do entendimento, expelir os flatos hemorroidais, desopilar, endireitar os vesgos, aplinar os corcundas, promover o riso” (cf. Um Mezinheiro, I, 1811, p. 7) entre outros benefícios para “doentes imaginários ou inteiramente perdidos” (cf. Um Mezinheiro, I, 1811, p. 10).

A crença nas propriedades curativas dos banhos e/ou os momentos de lazer que proporcionava levava a que aqueles que não tinham carruagem:

Por ordem do médico

Vão meia légua a pé (Os banhos de mar, 1805, p. 9).

Junto aos Cais, em esplanadas, as senhoras reuniam-se para conversar e comer bolinhos e as raparigas “umas para ter pretexto para a malandrice, para falarem ao seu namorado, outras para saírem da aperração a que estão metidas e todas por moda” (Um Mezinheiro, II, 1811, p. 5).

De qualquer modo, era um espaço de divertimento “apanha-se cada borrhada de riso (...). Senhora vizinha, a liberdade não tem preço” (*Os banhos de mar*, 1805, p. 9).

Em 1819, estes banhos ainda estavam em moda, segundo uma folha volante:

Vai ao banho do mar a Dama bela

Porque deles precisa ou por cautela.(Costa, 1819, p. 15).

146

A Moda e o Poder

'Diz-me como vestes e dir-te-ei o que pensas'

Ao longo do século XVIII a inquietação provocada pelas novas ideias dos Enciclopedistas e a Revolução americana projectavam nas instituições e no governo o receio de mudanças na ordem estabelecida e tinham conduzido à necessidade de optar por acções drásticas no sentido de impedir ou extirpar a propaganda revolucionária. Nesse sentido, foi criada a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, em 1780, e o lugar de intendente geral entregue a Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805) que cumpriu ordens da rainha D. Maria I, e depois do Príncipe Regente, futuro D. João VI, para limpar Lisboa de 'libertinos', denominação genérica a todos quantos o intendente considerava suspeitos de francofilia. Os alvos eram todos aqueles “que não usassem a cabeleira polvilhada, a casaca de seda negra e os sapatos de fivela de prata dos jarretas⁵ de 1770 (...) Um laço vermelho, uma meia vermelha, um colete vermelho, podiam ser liquidação de um homem”.(Dantas, 1909, p. 248).

Contratado pela polícia, um exército de espões conhecidos pelos 'moscas', recolhiam indícios de francesismo e de maçonaria em livros, panfletos, estampas

⁵ 'jarretas': velhos.

conversas em cafés, no Passeio Público, nas peças de teatro, nas praças e mercados, nos bilhares e teatros e no que se cantava, vestia e calçava. O óculo do Intendente também assentou nos militares, uns porque se comportavam como 'casquilhos':

*Desfilam os militares
Que da tática zombando
Cuidam só em ter penacho
E as espadas arrastando;
E usam nas orelhas brincos
Para que as línguas malvadas
Digam que têm as cabeças
Com as orelhas, furadas (cf. Dantas, 1909, p. 254)*

outros porque usavam “o *cocard* dos franceses, que puseram em divisa a liberdade (...) e nas guarnições das espadas o conde de Assumar⁶ mandou fundir para os oficiais do seu regimento (...) um *cocard* a que chama o povo o Barrete da Liberdade”⁷

Numa rusga, D. Leonor de Portugal (1750-1839), condessa de Oeynhausen e futura marquesa de Alorna, foi surpreendida numa reunião da Sociedade da Rosa, que, se outro motivo não houvesse, bastava ser frequentada pelo poeta árcade Bocage, assumido 'pedreiro - livre' (maçon). Por essa imprudência a condessa foi considerada 'jacobina' pela polícia do intendente e condenada ao exílio entre 1803 e 1814.

Outras mulheres, ainda que alheias à cultura e à política, eram visadas pela polícia tendo em conta a forma como seguiam as modas. Nos relatórios para a Intendência de 1794 e 1795, denunciavam-se “pessoas de um e outro sexo de todas as hierarquias com luvas e *cocard* (...)” e as mulheres falavam em “*cocard* da liberdade”⁸, donde seriam, inequivocamente, aderentes das ideias jacobinas. Segundo Ruders, viam-se muitas pessoas de *cocard* tricolor depois da chegada do embaixador Lannes a Portugal, em 25 de Março de 1802 (Ruders, 1981, p. 268).

Já em 1801, o intendente recomendava aos pais de família que não deixassem sair as filhas em trajés indecentes (quer dizer, pela moda francesa) e, em 1804, ordenava aos corregedores dos bairros de Lisboa para proibirem as modistas de confeccionarem vestidos de “modas escandalosas e indecentes” e a “circulação de bonequinhos, figuras e pinturas espalhadas por Lisboa a apregoar os trajés da elegância parisiense” (Sequeira, 1906, pp. 582-592). A transgressão a esta ordem dava lugar a prisão no Castelo de S. Jorge.

Pina Manique referia-se ao estilo de vestidos de linha à antiga, depois denominado de linha império, de silhueta longilínea, em tecidos finos e transparentes, decotados, presos aos ombros apenas por fitas, cintura abaixo do peito, de mangas curtas ou sem mangas e penteados altos, moda que fazia furor em França e que conquistou,

⁶ Referia-se a D. Pedro de Almeida Portugal (1754-1813), 3º marquês de Alorna e 5.º conde de Assumar (1802), e tenente general do exército. Em 1807, durante a 1.ª invasão francesa, foi integrado na Legião Portuguesa e faleceu, em 1813, ao serviço de Napoleão, na campanha da Rússia.

⁷ IAN/TT, *Intendência Geral de Polícia: Contas para as Secretarias*, Liv. IV, 5 de Novembro de 1794, fl. 212 v.

⁸ IAN/TT, *Contas para as Secretarias*, livro V, 4 de Junho de 1794, fs. 144 v., e 4 de Dezembro de 1795, fs. 21 v.



desde logo, as elegantes portuguesas. Os papéis volantes satirizavam:

*Agora é um vestido, quase nada,
com um dedo de umbreira;
Dos ombros magros ossos aparecem,
Os braços, andam nus, nunca arrefecem.* (Costa, 1802, p 29).

Completamente dominado pela fúria contra a moda 'à francesa', o intendente fez sair do camarote do teatro de S. Carlos a condessa da Ega por usar um vestido com um decote 'não oficial'.

As medidas revelaram-se impotentes para suster os apelos das modas 'à francesa' e o intendente já deposto do cargo, desde 1803, faleceu em 1805, sem lhes ver o fim.

Nesse mesmo ano, Junot apresentava credenciais de embaixador ao Príncipe Regente que, deslumbrado com o “uniforme de coronel dos *hussards*, todo reluzente de ouro” logo lho pediu “para modelo de outros dois, destinados a ele e a seu filho Pedro (...) feitos por Pierre Duprat, alfaiate de Sua alteza Real” (Carvalho, 1909: 499-500). Num retrato de família, datado desse mesmo ano, o 3.º marquês de Alorna e 5.º conde de Assumar, tenente general do exército, e os filhos aparecem com penachos, uniformes e botas à *hussard*, e a esposa, D. Henriqueta, vestida pela moda 'Império'.

Em 1806, um anónimo publicava num folheto de cordel:

*Por moda se há-de falar,
À moda se há-de comer;
Por moda se há-de trajar,
À moda se há-de viver* (2.ª Parte em resposta às modas escusadas, 1806, p. 148).

148

No ano seguinte, era publicado, em língua portuguesa, o *Correio das Modas*, figurino destinado à publicação do traje de senhoras e homens (1807, p. 1). segundo a última moda da alta costura parisiense.

Durante a ocupação francesa (entre 30 de Novembro de 1807 e Agosto de 1808) e durante as direcções de Luís Seabra da Silva e de Pierre Denis Lagarde na Intendência, não foram publicados panfletos criticando as modas. Desde a Convenção (1793) que, em França, se tinha decretado a liberdade de cada um vestir como lhe aprouvesse e durante o Império o luxo atingira o auge. Em Lisboa, a moda actualizava-se pelo menos para as fracções privilegiadas e endinheiradas da cidade. Actrizes estrangeiras que vinham actuar no Teatro de S. Carlos e as esposas dos generais e oficiais, que ocupavam o país, eram os principais modelos parisienses da sociedade portuguesa. Nas festas sumptuosas oferecidas por Junot ou pelas aristocracias apoiantes do general, as senhoras portuguesas deslumbravam em vestidos e adornos pelo figurino francês sem constrangimentos patrióticos.

A moda 'à francesa' era, aos olhos do invasor, para além de bom gosto, imagem identificatória de adesão à causa napoleónica e, em território neutro ou inimigo, um exército silencioso da propaganda imperial. A moda continuava instrumento da política.

Quanto às ideias, escutemos o panfletista:

*Não vejo um Afrancesado,
 PQue não seja um libertino:
 Lendo um Voltaire, um Rousseau
 Um Luthero, ou um Calvino. (Carvalho, 1808).*

A moda e a religião

*Anos há, que sobre as Modas
 Têm declamado os Autores,
 E até servido de assunto
 Nos púlpitos aos Prégadores (2.ª Parte em resposta, 1806, p. 156).*

Em sintonia com a censura política, a Igreja socorria-se de exemplos de santos, remotos concílios e memórias de castigos do Céu para fundamentar a repulsa pelas ideias e modas vindas de França. No entanto, há notícia de que todas as hierarquias do clero foram, mais ou menos, contagiadas pelo apelo dessas modas. Nos finais do século XVIII, os padres: “Punham meias de seda, fivelas de pedras nos sapatos de salto vermelho, rosetas nos calções, rendas nas gravatas” (Sequeira, 1940, p. 51) e foram ridicularizados pela pena de Nocolau Tolentino:

*L' Abbé, que encurta batinas,
 Por mostrar bordadas meias,
 E presidindo em matinas,
 Via depois às assembleias,
 Cantar modas co'as meninas (Tolentino, 1969, p. 57).*

Também as religiosas pareciam desprezar os castigos que se profetizavam: “As freiras nos conventos de luxo – como as Mónicas, Rosa, Odivelas, Calvário, etc., em Lisboa, alguns no Porto, em Coimbra e Évora – usavam espartilho, sapatinhos de laço, meias de seda e até se pintavam e mosqueavam de sinais” (Sequeira, 1940, p. 51), apesar das sucessivas reprimendas das respectivas Ordens.

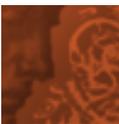
Quanto às paroquianas, a quem eram dirigidos os sermões, os castigos divinos também não as assustavam. Em 1802, na folheto volante *A mulher da moda*, o autor constatava os diferentes comportamentos das mulheres:

*Não entravam na Igreja sem manto,
 E com toda a seriedade.
 Hoje vão ouvir Missa, ouvir sermão,
 Como quem vai dançar um cotilhão. (Costa, 1802, p. 4).*

O tempo da ocupação não foi propício a exaltados sermões sobre as modas.

A retirada dos franceses (1808) e as invasões de 1809 e 1810 coincidiram com o auge da resistência de Pio VII e da Igreja Católica ao Império. Em Maio de 1909, o papa tinha excomungado Napoleão e quantos participaram na ocupação dos Estados Pontifícios em Fevereiro de 1808.

O clero português voltou a usar o púlpito para impor a revisão completa dos



valores e restabelecer a autoridade sobre as consciências. Padres e monges pregavam o ódio aos franceses e, nos mesmos sermões, apelavam à harmonia entre a moral, a religião e a estética condenando, assim, as indecências da moda 'à francesa'. Falavam, especialmente, para as mulheres acusando-as de pecadoras e instrumentos diabólicos da própria perdição e da perdição dos homens. Tomemos como exemplo um sermão proferido na Igreja de S. Paulo, em Lisboa, em 1811: o Pregador escolheu a moda feminina para moralizar os costumes, afirmando ser “pecado grave que o traje [à francesa] em que velhas e novas, senhoras e criadas, virtuosas e mundanas (...) inúmeras mulheres em razão da moda praticam há muitos anos, já andando quase nuas, já entrando com a cabeça descoberta nos Sagrados Templos já fazendo-se mais formosas artificialmente, isto é, 'caindo-se” ou “aproximando-se da comunhão com vestidos muito curtos e cabelos feitos em anéis”. E acrescentava: “e quem senão as prostitutas se atreveria a trajar assim antes da moda se introduzir?” (Carneiro, 1811, p.8 e ss).

Moda: Liberdade, Parecer e Sedução

A moda resistiu aos sermões, às perseguições políticas e ao sarcasmo público porque 'liberdade', 'parecer' e 'sedução' tinham conquistado lugar em todas as camadas da sociedade portuguesa.

Os diferentes apelos aos costumes tradicionais não tinham entusiasmado aqueles e aquelas que procuravam estatuto na aparência com os seus contemporâneos imediatamente acima da escala hierárquica a que pertenciam. A pequena nobreza e outros titulares emergentes da burguesia negociante de 'grosso trato' (entre 1791 e 1811 foram atribuídos 34 títulos) e as burguesias citadinas procuravam exibir o seu estatuto e as mulheres da família eram a montra ideal para o fazer, através do luxo 'à francesa': “Que traje português é grifaria”⁹ (Costa, 1802: 24).

Para as menos abastadas a moda chegava tardia, era preciso esperar que as adelas¹⁰ colocassem na montra os vestidos e adornos já usados para os comprarem em 2.^a ou 3.^a mão. Alguns já tão velhos que pareciam trapos.

Outras mulheres, de estratos sociais de cariz popular, eram confrontadas com os conceitos de 'liberdade' e 'igualdade' que abundavam nas conversas, em espaços privados e públicos, e procuravam, nas modas, nivelamento social:

Querendo com a mais louca presunção

Uns e outros mostrar o que não são (...) (Costa, 1819, p. 35).

A moda era, também, uma forma de sedução. Vários artifícios permitiam reconstruir a aparência, valorizar atributos e dissimular defeitos que aproximavam as mulheres do ideal de beleza que lhes era contemporâneo. Cabeleiras, sapatos de tacão alto, espartilhos, almofadas, armaduras, pomadas, pós para a cara e carmim para os lábios não eram mais do que truques para esse fim.

Simulação e dissimulação já não era extravagância da mocidade:

⁹ 'grifaria': costumes antigos e de mau gosto.

¹⁰ 'adela' era a denominação dada à revendedora de roupa usada. Centralizavam-se em pontos fixos, como a Praça da Alegria e Calçada da Glória onde, às terças-feiras, acorria muita gente para se abastecer.

*Sendo já esqueleto seco, e enorme
Do mundo desengano
Quer a velha ser moça a todo o custo,
Enfeita a cara, e o feminino busto.* (Costa, 1802, p. 21).

Os artifícios tolerados nos jogos de sedução das jovens deviam ser banidos depois do casamento, como se expõe no diálogo entre as personagens “Denguice” e “Bacelo”, do entremez *O casamento por nova ideia ou namorar à francesa*, diz-lhe ele: 'Você tenha cuidado no que lhe vou expor, não me seja bandalha¹¹ da moda, logo que casar comigo há-de viver honesta, essa marrafa, essas belezas logo tudo fora, o cabelo raso (...) se agora se enfeita, e estuda artes para namorar por nova ideia, de então em diante há-de ser sisuda, modesta, e grave, tem percebido? Ao depois não quero histórias'. Responde a Denguice: “Pois queres que deixe as modas? Para o mundo dizer que vivo aborrecida no mundo?” (*Novo e divertido entremez*, 1792).

Transversal às críticas, adivinha-se uma surda e incómoda murmuração contra aquelas e aqueles que não seguiam as modas, como se lê na resposta de Denguice, atrás referida, e num diálogo que autor anónimo põe na boca de outra mulher:

*Se qualquer de nós o estilo
Dos nossos sempre afecta,
É para que o vulgo não diga
Aquele, aquela é jarreta.* (2.^a Parte em resposta..., 1806, p. 3)

De salientar que a moda à francesa não chegava ao interior do país onde vivência e convivência em tudo divergiam da cidade, como se manifesta num papel volante, em que um camponês se admira com as pinturas de uma 'sécia': “Se Nosso Senhor nos deu a cara limpa, para que se há-de encher de umas coisas negras, que parecem borrões de tinta?” (*Relação curiosa*, s/d.).

Com o *volte-face* político, depois de 1813, a ocupação inglesa e a pressão religiosa, algumas saias foram descendo e os ombros escondendo. Mas, nas vésperas da Revolução Liberal de 1820, os folhetos volantes demonstravam que a moda à francesa não tinha desaparecido:

*E vejo muita coisa vir de França,
Enfeites que de os ver a vista cansa.* (Costa, 1819, p. 34).

A literatura de cordel do século anterior voltava a circular, em reedições sucessivas, acusando as modas 'à francesa'.

¹¹ 'bandalha': mulher pretenciosa e ridícula.



Bibliografia:

BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas; *Memórias do Marquês de Fronteira*, Partes I e II (1802 a 1824), ditadas por ele próprio em 1861, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2003.

BRITO, Nogueira de; “O nosso mobiliário”, *Enciclopédia pela Imagem*, coord. de Alberto de Sousa, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão, Limitada - Editores, 1940.

CARNEIRO, Frei José de S. Cirilo; *Carta e resposta sobre o ódio dos inimigos franceses e o ornato das mulheres, ocasionadas por um sermão que se pregou na Igreja de S. Paulo da cidade de Lisboa no primeiro de Janeiro de 1811, e publicado por um íntimo amigo do pregador, Frei José de S. Cirilo Carneiro, Religioso da Ordem da Senhora do Carmo Calçado da província de Portugal, Doutor pela Universidade de Coimbra, Censor Régio do Santo Ofício, e Examinados das Três ordens Militares* Lisboa, Imprensa Régia, 1811.

CARVALHO, Pinto de; “Junot embaixador em Lisboa”, *Ilustração Portuguesa*, Edição Semanal do Jornal 'O Século', 19 de Abril de 1909, pp. 499-500.

CORREIO DAS MODAS; Hebdomadário com figurinos e secção recreativa: entretenimentos de um quarto de hora, Lisboa, 1807.

COSTA, Mário; *Danças e dançarinos em Lisboa*, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1962.

DANTAS, Júlio; “A elegância romântica em Portugal”, *Outros Tempos*, 1.^a edição, Lisboa, Liv. Clássica Editora de A. M. Teixeira & C.ta., 1909, pp. 244 - 265.

152

DANTAS, Júlio; *O amor em Portugal no século XVIII*, Porto, Livraria Chardron de Lelo & Irmão, 2.^a ed., ilustrações de Alberto Sousa, 1917.

FRANÇA, José Augusto; “Burguesia pombalina, nobreza mariana, fidalguia liberal”, *Pombal Revisitado*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.

IAN/TT, *Intendência Geral de Polícia: Contas para as Secretarias*, Liv. IV e V, 1794 e 1795.

LOUSADA, Maria Alexande; *Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*, dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

PEREIRA, Ângelo; *D. João VI Príncipe e Rei*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1953.

RUDERS, Carl Israel; *Viagem em Portugal, 1898-1802*, tradução de António Feijó, prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Série Portugal e os Estrangeiros, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

SAMPAIO, Albino Forjaz; *Teatro de Cordel*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos; “O Luxo proibido” *Ilustração Portuguesa*, Edição Semanal do Jornal 'O Século', Série 2, 10 de Dezembro de 1906, pp. 585-593.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “História do Trajo em Portugal”, *Enciclopédia pela Imagem*, coord. de Alberto de Sousa, Porto, Liv. Chardron de Lello & Irmão, Limitada - Editores, 1940.

SOUSA, Alberto de; *O Trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, vol. II, Lisboa Sociedade Nacional Tipográfica, 1924.

TOLENTINO, Nicolau; *Sátiras*, selecção e notas do Prof. Rodrigues Lapa, 3.^a edição, 1969.

Papéis volantes

A cozinheira amorosa, novo entremez, Lisboa, Na Oficina de António Gomes, 1792.

A mulher da moda ou a nobreza por mania, por um bom entendedor, partes I e II, Lisboa, na Oficina de Joaquim Florêncio Gonçalves, 1803.

CARVALHO, António Joaquim de; *O Defensor dos Franceses. Diálogo jocoso, e irónico entre Pai, e Filho*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1808.

COSTA, José Daniel Rodrigues da; *Opiada, dividida em seis partes, e repartida pelos doze folhetos de que esta obra há-de constar*, Lisboa. Na Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1802.

— COSTA, José Daniel Rodrigues da; *Ópios que dão os homens, e as senhoras na cidade de Lisboa uns aos outros, tirados da experiência do autor*, Lisboa, Na Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1786.

— COSTA, José Daniel Rodrigues da; *Portugal enfermo por vícios e abusos de ambos os sexos dedicado ao senhor José Luís Guerner, cônsul de S. M. Siciliana*, Parte I, Lisboa. Na Imprensa de João Nunes Esteves, 1819.

Defesa das Madamas em favor das suas modas, em que deixam convencida a peraltice dos homens, Lisboa. Na Oficina de António Gomes, 1792.

Desengano do Mundo para os peraltas esbandalhados, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1791.

Entremez intitulado A casa de dança ou teatro da mocidade ociosa, Lisboa, Oficina Domingos Gonsalves, 1783.

F. M. G. S. M., *Sátira em louvor das modas, ou escudo da peraltice: obra útil a Velhos, Velhas, Meninos e meninas, composta e oferecida aos Senhores Peraltas e Casquilhos de Lisboa*, Lisboa. Na Oficina de António Gomes, 1783.

Novo, e divertido entremez intitulado casamento por nova ideia ou namorar à francesa, Lisboa, Na Oficina de Francisco Borges de Sousa, ano de 1792.

Os banhos de mar na Junqueira, e sítio de Santa Apolónia, vistos da terra pelo Óculo Crítico de ver as coisas como são. Lisboa, [1786], Tipografia Lacerdina, 1805.



2.ª Parte em resposta às modas escusadas, e aos costumes repreensíveis, composta por uma filosófica beleza dedicada à Assembleia de ambos os sexos, Lisboa, Impressão Régia, 1806.

Relação curiosa de uma célebre disputa, que tem um saloio com uma Sécia da Corte, sobre excessos da Francesia. Discurso Moral, em que se argüe a demência do luxo, Lisboa, s/d.

Um Mezinheiro, A barca dos banhos, Primeira Carta de Prevenção e Notícia a um amigo, que pedia a outro lhe desse uma ideia da tão celebrada barca os banhos, Lisboa, Impressão Régia, 1811.

Um Mezinheiro, A barca dos banhos, Segunda Carta sobre a palestra que vai por causa da mesma barca, Lisboa, Impressão Régia, 1811.

